

# AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO CIBERESPAÇO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA PROPAGANDA DO NOVO ENSINO MÉDIO

MELO, Abraão Roberto Lopes de – Pedagogia-DE/CCHSA/UFPB

E-mail: abraaoemprefiel@hotmail.com

BARBOSA, Rita Cristiana–Prof. Dra.-DE/CCHSA/UFPB

E-mail: rcrisbarbosa@gmail.com

SANTOS, Everaldo Paulino dos – Pedagogia-DE/CCHSA/UFPB

E-mail: everaldoufpb@hotmail.com

**RESUMO:** Este texto é um recorte da pesquisa intitulada: Discursos postados nas redes sociais digitais sobre temáticas polêmicas e as relações de gênero, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em que é apresentada uma análise sobre a propaganda da reforma do Ensino Médio (EM) no Brasil, anunciada em várias redes nacionais pelo Ministério da Educação (MEC). A pesquisa foi de abordagem qualitativa, do tipo exploratória e descritiva, em que o ciberespaço da rede social digital Youtube foi a fonte dos dados. O objetivo foi analisar as relações de gênero na postagem, nos comentários e nas diversas ações demonstradas nesta rede social, a respeito de discursos sobre questões de gênero que permeiam a propaganda. A metodologia partiu das seguintes etapas: escolher o tema para coleta de dados; coletar postagens e comentários acerca da temática listados por sexo; contabilizar quantidade de curtidas e compartilhamentos de postagens e comentários por sexo e; analisar o material coletado por meio da análise textual discursiva. Conclui-se que a mídia publicitária pode ser usada para nutrir a permanência da mulher em um lugar específico, excluindo-a de outros e; que a reforma do EM pode se tornar uma política que intensifica desigualdades e orienta oportunidades de acordo com o gênero, a raça e a classe social.

**Palavras-Chave:** Mídia Publicitária. Gênero. Ensino Médio. Trabalho.

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar uma proposta de análise e discussão sobre relações de gênero a partir da propaganda da reforma do Ensino Médio (EM) no Brasil. Como as figuras de homem e de mulher são usadas como manipulação e peça de influência, para pré-determinar os motivos pelos quais ambos os sexos devem almejar cursar esse nível de escolarização.

A sociedade estimula a escolha de determinadas carreiras para ambos os sexos e os indivíduos acabam se tornando escravos de repetições de normas criadas, fruto de um efeito discursivo (FOUCAULT, 2001). No entanto é de extrema necessidade a desconstrução dessas normas, pois o sexo é físico e biologicamente determinado, mas o gênero não, o gênero é uma construção social e cultural (SCOTT, 1998) que, atrelada às

diferenças físicas, quer determinar o que e como homens e mulheres devem pensar, agir e sentir.

Nesse sentido, é preciso ter um olhar de equidade entre e para com os gêneros, pois os limites que são impostos por uma sociedade machista, através da feminilidade sensível da mulher e da masculinidade agressiva do homem, não são mais do que uma maneira de demarcar identidades.

Segundo Costa (2008), quando falamos relações de gênero estamos falando de relações de poder. À medida que as relações existentes entre masculino e feminino são relações desiguais, assimétricas, que mantêm a mulher subjugada ao homem e ao domínio patriarcal, há, portanto, relações de poder que mantêm as relações de gênero nessa configuração.

Desta forma, quem define a conduta de homens e mulheres é o contexto sociocultural em que estão inseridos, sendo estes sujeitos sociohistóricos e voláteis, que criam e se adaptam ao ambiente.

A propaganda do “novo” Ensino Médio vem reforçar a ideia da mulher como carinhosa e cuidadosa, dona de casa e guardiã do lar, ou aquela que merece um trabalho simples, subalterno, sem necessitar de uma graduação.

Assistindo a mídia publicitária para justificar a reforma desse segmento de ensino no Brasil, surgiu a necessidade de analisar elementos naturalizados sobre formação, trabalho e gênero.

Esta pesquisa, portanto, teve como instrumento de coleta dos dados a captura de imagens do Youtube e a observação das imagens, das narrativas e discursos produzidos, dos comentários, bem como da quantidade de compartilhamentos e curtidas. O argumento construído é que a mídia publicitária é usada para nutrir a permanência da mulher em um lugar específico e a excluindo de estar aonde quiser e a reforma do EM pode se tornar uma política que intensifica desigualdades e orienta oportunidades de acordo com o gênero, a raça e a classe social.

O tratamento e a análise de dados foram feitos com base na análise textual discursiva que de acordo com Moraes e Galiazzi (2007 p. 118) é descrita como “um processo que se inicia com uma unitarização em que os textos são separados em unidades de significado”, segue com as categorias de análise e a produção do metatexto.

A seguir o recorte da análise escolhido para este artigo com uma reflexão sobre a mulher frente à escolarização, seguido de uma breve discussão sobre o Ensino Médio brasileiro e uma análise da propaganda da sua reforma numa perspectiva de gênero.

## **SOBRE MULHER E ESCOLARIZAÇÃO**

O pensamento grego determinou que o corpo feminino estivesse apto apenas para a maternidade e sua inferioridade provia de seu útero e sua capacidade de procriar. Assim, passou-se a crer que a mulher, por dá vida a outros seres humanos, tinha dificuldades de pensar, determinado a ela apenas a “fábrica de seres humanos”, em que o poder criativo do homem iria imprimir sua marca. Segundo Frias (2012, p.1)

Tal relação de desigualdade corroboraria por atribuir às mulheres atividades direcionadas, em geral, às tarefas domiciliares e à procriação, isto é, o ambiente “natural” delas estava confinado ao lar, educando e gerando os filhos de seus maridos, sendo que, assim, elas deveriam ser subservientes aos seus cônjuges e lhe prestar total fidelidade

Já no século XVIII, o filósofo Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) exerceu uma grande influência com obra *EMILIO* ou *DA EDUCAÇÃO* (1762), nela contém referência acerca da feminilidade natural da mulher, que deveria ser carinhosa e cuidadosa. A obra consolidou a dicotomia espaço público e espaço privado, em que o privado pertence às mulheres e o público aos homens (SOUZA, 2015). Condorcet publicou o texto “Sobre a admissão do direito de cidadania às mulheres<sup>1</sup>” que explica sua defesa da cidadania das mulheres na Assembleia Nacional, uma verdadeira aula sobre equidade de gênero<sup>2</sup> (ALVES, 2017). Todavia não foi o bastante para que as influências antes postas sucumbissem.

Nada obstante, as influências dos pensamentos das mulheres dominadas pelos homens persistem nos dias atuais em todas as partes do mundo, em maior ou menor proporção. Esse sistema social e relação de poder colocaram a mulher num lugar subordinado, como uma simples auxiliar do chefe da família” (FRIAS, 2012, p. 1).

Mais de um século depois, a partir da década de 1990, houve uma expansão do sistema educacional em todos os níveis, o que tornou visível o enorme crescimento das taxas de escolaridade feminina, tornando a presença da mulher mais presente no âmbito educacional, tendo um significativo número de mulheres ingressando e cursando no ensino médio, superior e também nas pós-graduações (CARVALHO, 2001).

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://oll.libertyfund.org/titles/condorcet-on-the-admission-of-women-to-the-rights-of-citizenship>

<sup>2</sup> A publicação de Condorcet inspirou duas mulheres consideradas pioneiras do feminismo moderno: Olympe de Gouges, que escreveu “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”, em setembro de 1791 e Mary Wollstonecraft que escreveu “Uma defesa dos direitos da mulher” em 1792 (ALVES, 2017).

Entretanto, ainda há grandes diferenças de acesso à escolarização. A busca das mulheres por cursos ditos “femininos” e dos homens por cursos considerados “masculinos” é muito forte, reforçando os estereótipos de gênero. Permanecem as diferenças entre determinadas áreas do conhecimento, no contexto de uma persistente divisão sexual do conhecimento e do trabalho (CARVALHO, 2010; CARVALHO & RABAY, 2013).

Partindo dos enunciados acima é possível notar que faz sentido problematizar as questões de gênero no sentido de não cair em armadilhas ingênuas e mistificadoras. Ao falar em gênero não se determina que as mulheres estejam condicionadas e direcionadas pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mais sim por uma formação social e política. Segundo Scott (1998, p. 15):

Gênero [se refere] ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se relaciona simplesmente às ideias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas cotidianas, como aos rituais, e tudo o que constitui as relações sociais. O discurso é o instrumento de entrada na ordem do mundo, mesmo não sendo anterior à organização social, é dela inseparável. Segue-se, então, que o gênero é a organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido desta realidade. A diferença sexual não é causa originária da qual a organização social poderia derivar: ela é antes, uma estrutura social móvel que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos.

Aqui se encontra a importância desta análise. Precisamos intervir para a desconstrução das relações de dominação de gênero. Algumas mulheres e alguns homens já entenderam que precisam continuar lutando pela igualdade dos direitos da mulher. Pequenas conquistas, gradualmente conseguidas, mostram que a insistência e busca são atos de suma importância e valor para que se possam quebrar tabus ainda existentes na sociedade, trazendo a tona novos rumos e conceitos mais consistentes, e encorajando as mulheres com atos de persistência e luta que se trava diariamente.

## **ENSINO MÉDIO NO BRASIL: O QUE REFORMAR?**

Entende-se que o Ensino Médio (EM) concebe a etapa final da Educação Básica (EB), a qual também é englobada a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, e assim forma o conjunto de estudos obrigatórios assegurados pela LDB. O compromisso da EB é garantir a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, a todos/as/os/as brasileiros/as. Dessa forma, os principais documentos que norteiam

a Educação Básica no Brasil são: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e o Plano Nacional de Educação (PNE).

Estabelecem-se como finalidades do Ensino Médio no Brasil, de acordo com Artigo 35 da LDB:

- I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando prosseguimento dos estudos;
- II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação e aperfeiçoamento posteriores;
- III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV – a compreensão dos fundamentos científico tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Portanto, pensando no/na futuro/a trabalhador/a, o Ensino Médio se configurou num momento de divisão entre àqueles/as destinados/as ao ingresso no Ensino Superior, e àqueles/as destinados/as ao mercado de trabalho.

A partir de 2018 o/a estudante poderá escolher a área de conhecimento para qual quer aprofundar seus estudos, tratando de estabelecer uma relação ainda mais forte da escola com a realidade dos estudantes, como também, no foco das novas demandas profissionais do mercado de trabalho. No 3º do EM serão ministradas as disciplinas obrigatórias de língua portuguesa e matemática, e o restante do tempo será dedicado aos estudos de aprofundamento ao qual os/as estudantes optaram ou em cursos técnicos que serão ofertados na escola, sendo que a entidade irá organizar seu currículo considerando a BNCC e as demandas dos/as jovens.

A reforma ainda prevê um fomento das escolas em tempo integral, que será gradualmente estabelecido, sendo que, está previsto no orçamento do governo um investimento de 1,5 bilhões até o ano de 2018 para isto, sem dizer que o PNE estabelece que, até 2024, o país deve atender no mínimo 25% das matrículas em tempo integral.

Com a oferta da formação técnica profissionalizante como mais uma alternativa para o/a estudante, o/a jovem que optar por essa formação profissional, ao término dos três anos, receberá o diploma do EM e um certificado do ensino profissionalizante.

O perigo do modelo está justamente na divisão sexual do trabalho. Pessoas desprivilegiadas: pobres, negras e mulheres, certamente, serão as mais atingidas negativamente com tais mudanças.

## O DISCURSO DO GOVERNO E AS RELAÇÕES DE GÊNERO

A tabela 1<sup>3</sup> mostra a quantidade de visualizações, compartilhamentos, curtida e comentários que a postagem recebeu desde o dia de sua publicação, em 08 de fevereiro de 2017, até o dia 06 de agosto 2017. É possível constatar, neste período, que muitas foram as visualizações e os compartilhamentos, porém fazendo um comparativo com as demais reações, as curtidas não chegam a 50% dos compartilhamentos e os comentários não obtiveram 0,1% referente as visualizações. É notável a potencialidade das redes sociais na propagação das informações, mas com poucas reflexões e críticas.

**Tabela 1** –Quantidade de reações da Propaganda do novo ensino médio no Youtube.

<b>REAÇÕES</b>	Total
Curtidas	55
Comentários	13
Compartilhamentos	223
Visualizações	6.413

Fonte: Acervo da pesquisa a partir de dados do Youtube<sup>4</sup> (2017).

A seguir, jovens que representam a população jovem do Brasil:



**Imagem 1:** atrizes e atores principais da propaganda.

Fonte: Acervo da pesquisa (2017).

Nesta primeira imagem é notável que há uma diversidade de etnias envolvidas no vídeo, para dizer que o novo Ensino Médio é para todos e todas, sem discriminação de classes, ou de qualquer outro campo social. Também nos passa uma mensagem de satisfação da juventude através dos sorrisos e da alegria que aparece nos rostos dos/as jovens. Tudo elaborado para que o público aceite a proposta de reforma de imediato, sem muitos questionamentos e maior intensidade possível.

<sup>3</sup> Não foi possível demonstrar com divisão por sexo, uma vez que não estava disponível no ciberespaço.

<sup>4</sup>Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RuF0GYgmrJQ>> Acesso em: 06 agosto de 2017.

No texto da propaganda questões sérias são evidenciadas como: a docência feita para as mulheres, as tecnologias para os homens; as mulheres para o trabalho técnico e secundário, os homens para a formação intelectual e superior. Uma construção social e cultural reforçada por uma ideologia machista e conservadora. Essa ideologia segundo Chauí (1981, p.113) é um:

Conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e preservam aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer.

Desta forma, Apesar de todos os avanços, sobretudo com as lutas dos movimentos feitos pelas mulheres, as dificuldades e diferenças permanecem até hoje, potencializadas pela forma midiática e comunicacional que se possui. Segundo Tabak (2011, p.87).

As mulheres continuam tendo muita dificuldade de atingir os níveis mais altos de direção, de chefia. Elas ainda têm de enfrentar dificuldades sérias quando têm filhos pequenos, pois, apesar de existirem leis há cinquenta anos ou mais determinando a obrigatoriedade das creches, nem todas as empresas enquadradas pela lei as mantêm. As bolsas de pós-graduação, de pós-doutorado, a possibilidade de participar em congressos internacionais, tudo isso é muito mais difícil para as mulheres.

A propaganda do novo Ensino Médio vem reforçar a ideia da mulher como carinhosa e cuidadosa, dona de casa e guardiã do lar, que a mulher permaneça em um lugar específico da sociedade, continuando a segregação entre os gêneros, limitando o acesso feminino a determinados espaços. Esse fato implica perceber a divisão sexual do trabalho como muito mais do que simplesmente uma conotação descritiva, mas como uma diferenciação entre os sexos nas atividades sociais que, para Kergoat (1996), trata-se de um pretexto muitas vezes utilizado pela sociedade para hierarquizar as atividades entre homens e mulheres.

Contudo, se meninos e meninas desde suas infâncias são educados/as a se comportarem de maneiras diferentes e específicas, provavelmente os paradigmas de desigualdades de gênero tenderão a se reproduzir tanto nas instituições educacionais quanto no mercado de trabalho. Segundo (BOURDIEU, 1999, p. 41)

As divisões constitutivas da ordem social e, mais precisamente, as relações sociais de dominação e de exploração que estão instituídas

entre os gêneros, se inscrevem, assim, progressivamente em duas classes de habitus diferentes, sob a forma de hexis corporais opostos e complementares e de princípios de visão e de divisão, que levam a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas segundo distinções redutíveis à oposição entre o masculino e o feminino.

Na medida em que crescemos também amadurecemos, por meio das relações estabelecidas, pelas brincadeiras, pelos gestos, pelos aparatos que nos envolvem vamos diferenciando atitudes tipicamente femininas e masculinas que nos conduzem a escolhas com este padrão dicotômico (BARRETO; ARAUJO; PEREIRA, 2009).



Imagem 2: Rapaz escolhe jornalismo. Imagem 3: Moça escolhe a docência.

Fonte: acervo da pesquisa (2017).

A imagem 2 mostra um jovem negro que quer ser jornalista. Talvez a intenção da imagem masculina neste momento seja para indicar que pessoas negras podem cursar universidade em cursos menos prestigiados. Já a imagem 3 mostra uma jovem que diz: “*Eu quero ser professora. É o que eu amo*”. Esta fala tende a reforçar a ideia que a mulher é aquela que “tem jeito” com as crianças, que sabe cuidar ou que nasceu com o dom de ser professora. Como se a mulher nascesse para o magistério, criando uma tendência de feminização do magistério, levando a influenciar a classe feminina para a atuação da docência como uma proposta a ser aceita. Ambas as figuras tendem a direcionar as escolhas tanto para a menina quanto para o menino, restringindo os campos de atuação conforme o sexo e/ou condição social.



Imagem 4: Jovem escolhe designer de games. Imagem 5: Jovem escolhe um curso técnico.  
Fonte: Acervo da pesquisa (2017).

Na imagem 4 mostra um jovem que diz querer ser designer de games, um caminho bastante destinado para homens, já que a área das tecnologias e da criação é majoritariamente masculina (BARBOSA, 2015). Na figura 5 mostra uma jovem que diz: “*Eu quero um curso técnico para já poder trabalhar*”. A representação feminina foi posta com a ideia do trabalho técnico e secundário. Não se sabe em que ela quer trabalhar, mas com apenas o Ensino Médio ela, certamente, será mão de obra em indústrias ou no comércio. A produção midiática propaga e reforça a direção da mulher para as zonas de trabalho e para o abandono de planos de carreira superior, uma vez que as mulheres tendem a sentir-se pressionadas a irem para o trabalho, em especial aquelas que são mães e/ou possuem pessoas que necessitem de cuidados, dividindo seu tempo nessas atividades, enquanto homens conseguem trabalhar e continuar a estudar. Segundo Cordeiro (2013, p.7)

A escassez de tempo e a responsabilidade atribuída às mesmas em relação à esfera da reprodução, faz com que tenham menos disponibilidade para investirem em suas carreiras e, portanto, a participação feminina tende a decair à medida que os níveis na carreira aumentam e é possível encontrar desigualdades de gênero em âmbitos específicos.

As diferenças estabelecidas social e culturalmente a partir das concepções naturalizadas de feminilidade e masculinidade criam expectativas socioculturais e estereótipos, determinando modelos de comportamento e papéis a serem seguidos, intimidando, muitas vezes, as mulheres a buscarem e ocupar outros espaços. Os trabalhos considerados mais centrais, estáveis e com laços empregatícios formais, muitas vezes, vinculados a cargos de chefia, são usualmente ocupados por homens,

enquanto os trabalhos periféricos, precarizados e com menor atribuição de responsabilidades, ou destinados a funções de atendimento, são legados às mulheres (HIRATA, 1999).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo pretendeu demonstrar a questão das relações de gêneros no ciberespaço tendo como enfoque o papel do gênero como uma construção social e cultural reforçada na sociedade pelas forças governamentais e divulgada pelas mídias publicitárias. Ao reproduzir lugares socialmente reconhecidos como femininos e o papel feminino no trabalho e na formação profissional, o governo divulga as maravilhas que a reforma do Ensino Médio trará para a juventude do país, subestimando as mulheres e rebaixando pessoas pobres e negras a oportunidades menos privilegiadas.

A linguagem escrita e imagética vem carregada de estereótipos e limita o lugar da mulher na sociedade.

As recomendações dos PCNs (Brasil, 1998; 2000), especialmente sobre as questões de educação para o trabalho, continuam válidas se houver o incentivo de ações para a equidade de gênero enfatizando a desconstrução do gendramento (masculinização ou feminização) das profissões, com o incentivo à inclusão de mulheres em todas as áreas científicas e tecnológicas, como recomenda o Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM) (Brasil, 2013).

A escolha da modalidade de Ensino Médio é midiaticamente influenciada e direcionada, indicando caminhos para refletirmos sobre os aspectos que estruturam a inserção das jovens mulheres, das pessoas negras e das pessoas pobres nos espaços de carreira e trabalho no país. Estudantes de escolas públicas parecem ter um desafio ainda maior da escolarização. A reforma pode ampliar as desigualdades e intensificar as dificuldades para o ingresso no ensino superior. E a propaganda do MEC tem a função de camuflar tais possibilidades.

## REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz. "**Condorcet e o direito à cidadania das mulheres: marco do feminismo moderno,**" in EcoDebate, ISSN 2446-9394, 27/03/2017, <https://www.ecodebate.com.br/2017/03/27/condorcet-e-o-direito-cidadania-das-mulheres-marco-feminismo-moderno/>.

BARBOSA, Rita Cristiana. **Mulheres e formação docente em tempos de TIC:** narrativas de experiências de inclusão, competências e empoderamento na UFPB Virtual. João Pessoa: UFPB, 2015. (Tese de Doutorado).

BARBOSA, Rita Cristiana; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; FERNANDES, Maria Onilma Moura. Gênero e Tecnologias da Informação: um olhar sobre a Educação Superior na Paraíba e as possibilidades de promoção da equidade de gênero através da Educação. In. MONTANÉ, Alejandra López. CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de (Coord.). **Mujeres y educación superior**. 1 ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

BARRETO, A.; ARAUJO, L.; PEREIRA, M. E. **Gênero e Diversidade na Escola:** Formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. Livro de Conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC, Brasília: SPM, 2009.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curricular Nacionais:** Ensino Médio. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL, **Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=13564>> Acesso em: 21 Mar. 2017.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Relações de gênero na universidade: carreiras docentes e perspectivas profissionais discentes**. Projeto de Pesquisa. Universidade Federal da Paraíba. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Processo 401013/2010-3. Edital MCT/CNPq/MEC/CAPES nº 02/2010 - Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de., RABAY, Glória. **Gênero e educação superior:** apontamentos sobre o tema. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

CARVALHO, Marília Pinto de. **Mau aluno, boa aluna?:** como as professoras avaliam meninos e meninas. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.9, n.2, p.554-574, dez. 2001.

CORDEIRO, Marina. **O tempo desigualmente distribuído:** gênero e carreira acadêmica entre cientistas sociais.[em linha]. 2013. [Consult. a 08/08/2017]. Disponível em:<<file:///C:/Users/P.M.Belem/Downloads/o%20tempo%20desigualmente%20distribuido.pdf>>.

COSTA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. 2008. Disponível em: [http://www.adolescencia.org.br/empower/website/2008/imagens/textos\\_pdf/Empoderamento.pdf](http://www.adolescencia.org.br/empower/website/2008/imagens/textos_pdf/Empoderamento.pdf) Acessado em: 09/08/2017.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é ideologia**. 2ª ed. Brasiliense. São Paulo, 1981.

FRIAS, Daniel N. A mulher da Grécia Antiga e possíveis aspectos da cultura grega na contemporaneidade. In: **Grupo Café Com Filosofia** – PHIPSI. Filosofia E Humanidades. 2012. Disponível em: <<https://filosofjr.wordpress.com/2012/08/>> Acessado em: 19/07/2017

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas: Uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução de Salma TannusMuchail. São Paulo, Martins Fontes, 2001. 422p.

HIRATA, H. Taller las transformaciones del trabajo: genero, flexibilización e inserción laboral feminina. **CEM**, Santiago, 24, 25 y 26 de noviembre, 1999.

KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (Orgs). **Gênero e Saúde**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1996.

LOURO, Guacira. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del & BASSANEZZI, Carla (Orgs). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2007.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, 20 (2), 71-99, 1998.

SOUZA, Cristiane Aquino de. A Desigualdade De Gênero No Pensamento De Rousseau. **Revista Novos Estudos Jurídicos** - Eletrônica, Vol. 20 - n. 1 - jan-abr 2015. Disponível em: [www.univali.br/periodicos](http://www.univali.br/periodicos) Acessado em: 15/08/2017.

TABAK, F. (2011). Políticas públicas no combate a estereótipos. In: FERREIRA, C. A. (Org.) (2011). **Juventude e iniciação científica**: políticas públicas para o ensino médio. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, p. 81 – 89.

WAJCMAN, Judy (2000), “Reflections on gender and technology studies: In what state is the art?”, **Social Studies of Science**, 30 (3), 447-64.